

Comentários bibliográficos sobre a segunda servidão na Polônia

PEDRO LEÃO DA COSTA NETO*

A importância das análises desenvolvidas pelos historiadores econômicos poloneses, em particular nas décadas de 1960-1970, acerca dos fenômenos descritos como segunda servidão (*wtórne poddaństwo*), refeudalização (*refeudalizacja*) ou “grandes domínios baseados na corveia” (*folwark pańszczyźniane*)¹ na Europa Oriental, em geral e, em particular na Polônia, não se reduzem apenas ao estudo da história de uma formação econômico-social específica, mas envolvem igualmente problemas estreitamente associados a estes, como, por exemplo, o “dualismo agrário da Europa”, a interpenetração entre as diferentes zonas econômicas nos séculos XV-XVIII, como também as causas do atraso das regiões a “leste do Elba” e de suas transições tardias ao capitalismo. Procuraremos, neste breve texto, destacar as contribuições de Marian Małowist, Witold Kula e Jerzy Topolski, historiadores influenciados de diferentes maneiras pelo marxismo² e que contribuíram, particularmente, aos estudos da referida problemática.

* Professor da Universidade Tuiuti do Paraná.

1 Optamos aqui, para efeitos de homogeneização conceitual, traduzir “*folwark pańszczyźniane*” por “grande domínio baseado na corveia”; outra eventual tradução seria “latifúndio baseado na servidão”.

2 Uma análise aprofundada das discussões travadas entre os historiadores poloneses nos é oferecida pelo livro de Anna Sosnowska, *Zrozumieć zacołanie Spory historików o Europę Wschodnią (1947-1994)* (2004). Sobre as distintas relações e a influência do marxismo na obra desses três historiadores, cf. Sosnowska (2004, p.106-124).

O primeiro deles, Marian Małowist,³ concentrou-se fundamentalmente na análise da divisão da Europa em diferentes “zonas econômicas” (*strefa gospodarcza*)⁴ e na sua complementariedade, assim como na conseqüente desigualdade do desenvolvimento entre essas diferentes zonas. Como ele observou na introdução de seu livro *Wschód a Zachód Europy w XIII-XVI wieku* [A Europa Oriental e Ocidental nos séculos XIII-XVI], publicado em 1973 e que representa o coroamento de décadas de estudo, seu objetivo era investigar as inter-relações econômicas e sociais, em particular a circulação de mercadorias e a resultante desigualdade de desenvolvimento entre a Europa Oriental e Ocidental, partindo justamente da sua parte oriental, uma vez que a outra abordagem conduzia muitas vezes a não compreender o lugar desta no conjunto (Małowist, 2006, p.5-6). As áreas da Europa Oriental investigadas por Małowist se estendem “desde o Báltico até o Adriático e o Mar Negro, ocupando uma grande parte da Península Balcânica. No Ocidente alcança a fronteira com a Alemanha e no Oriente ultrapassa os Urais” (Małowist, 2006, p.5). É curioso aqui lembrar, como observou Sosnowska (2004, p.153), que essa linha divisória proposta pelo autor correspondia justamente à linha divisória dos Acordos de Ialta, pós Segunda Guerra Mundial.

Małowist destaca que entre os séculos XIII e o fim do século XV, as relações entre a Europa Ocidental e Oriental se estreitaram e intensificaram, estabelecendo entre elas um intercâmbio caracterizado pela exportação de alimentos e matérias-primas e pela importação de produtos artesanais e de luxo pela Europa Oriental;

3 Marian Małowist (1909-1988) estudou história na Universidade de Varsóvia, onde foi aluno de Marcelli Handelsman. Podemos enumerar, como os objetos principais de investigação de Małowist, as questões seguintes: i) as relações comerciais existentes entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental; ii) o conjunto de regiões associadas à expansão colonial e comercial da Europa Ocidental vizinhas aos mares Báltico, Negro, do Norte, Adriático e ao Oceano Atlântico; iii) as colônias comerciais italianas e as colônias portuguesas na África Ocidental e na Ásia; e iv) as atividades comerciais e a produção artesanal durante o período dos séculos XIII-XVI. Cabe lembrar que Immanuel Wallerstein destacou a importância dos trabalhos de Małowist para as suas investigações sobre o sistema-mundo. Para maiores informações sobre a produção teórica e uma análise das concepções de Małowist, cf. Sosnowska (2004, p.85-90, 146-158, 203-213) e Samsonowicz (2006, p.vii-xv). De Małowist, particularmente importante para nossas análises é o capítulo 5 – “Wschód a Zachód Europy w okresie wielkiej ekspansji gospodarczej XVI w.” [A Europa Oriental e Ocidental no período da grande expansão econômica do século XVI] do seu livro, publicado originalmente em 1973, *Wschód a Zachód Europy w XIII-XVI wieku* (Małowist, 2006, p.252-369).

4 O historiador polonês Henryk Samsonowicz (2006, p.viii) define “*strefa gospodarcza*” como “uma determinada macrorregião que se caracteriza por dois aspectos: forma econômica semelhante e caráter homogêneo das suas relações com as outras zonas”. Segundo Małowist, a Europa Oriental estaria dividida em diferentes “zonas econômicas” dependendo das suas principais produções características: a primeira zona compreendia o litoral do Mar do Norte e o Mar Báltico e se estendia até os Cárpatos e o Mar Negro (dessa zona a Polônia exportava cereais, a Polônia e Lituânia madeira, a Rússia peles etc.); na segunda zona, com um “intensivo desenvolvimento econômico” tchecos e húngaros dispunham de grandes riquezas naturais: os tchecos de ouro e prata e os húngaros do bronze da Eslováquia; por fim, a terceira zona, o litoral ocidental dos Balcãs, Sérvia e Bósnia, produzia igualmente minerais (prata, chumbo, um pouco de ouro, bronze e ferro) (Małowist, 2006, p.25-27). Cf. também o Capítulo 1 – “Główne strefy rozwoju gospodarczego wschodnich obszarów Europy w XII i XIII w.” [Principais zonas de desenvolvimento econômico nos terrenos da Europa Oriental nos séculos XII e XIII] (Małowist, 2006, p.11-31).

entretanto, nesse período, essas relações ainda não tinham assumido aspectos desfavoráveis ao Leste, nem os germes da economia servil na Polônia influenciavam negativamente a atividade econômica (Małowist, 2006, p.252, 373). A partir do século XVI, o comércio de cereais (como também, do cânhamo, do linho e de outros produtos)⁵ –, particularmente com a Holanda, tendo como ponto de partida o porto de Gdansk e outros portos orientais do Mar Báltico, assume proporções cada vez maiores (Małowist, 2006, p.252). Małowist discutirá justamente como essa grande e crescente produção agrícola, com uma produtividade do trabalho menor, constituirá um dos fatores que influenciou as “profundas transformações da estrutura econômica que acompanharam a introdução dos grandes domínios da nobreza baseados no trabalho do camponês servo” (Małowist, 2006, p.278).

Outro aspecto coercitivo, analisado por Małowist, foi a introdução da obrigatoriedade da venda, pelos camponeses, dos seus excedentes de cereais para os senhores, procedimento já usual em algumas áreas vizinhas da Polônia (Małowist, 2006, p.280-281). Essas medidas contribuíram para um enfraquecimento dos laços entre o campo e a cidade e para um conseqüente enfraquecimento das cidades.

Sintetizando essas observações, Małowist diz em um de seus escritos dedicados à expansão europeia nos séculos XIV-XVII:

A partir do século XIV, e particularmente depois, a conjuntura tão favorável para a agricultura da Europa Oriental conduziu à introdução do trabalho servil e da segunda servidão. Esse fenômeno enriqueceu e fortaleceu a nobreza e também, na Rússia e em certo período na Polônia, os comerciantes que tinham os seus interesses ligados à agricultura. [...] A Europa Oriental tornou-se por longo período uma região complementar em relação ao Ocidente em desenvolvimento. (Małowist apud Sosnowska, 2004, p.206)

Outro importante aspecto das investigações de Małowist é o resultado de seus contínuos estudos sobre as relações entre a África Ocidental e a Europa Ocidental, a cuja temática dedicou, igualmente, vários livros e artigos. Em seu livro, publicado em 1969, *Europa a Afryka Zachodnia w dobie wczesnej ekspansji kolonialnej* [A Europa e a África Ocidental na época da primeira expansão colonial], ele estabeleceu uma analogia entre a situação colonial da África Ocidental e a da Europa Oriental:

À luz das investigações atuais, não restam dúvidas que a primitiva expansão colonial na África não ocorreu junto com a conquista e a dominação política europeia. Todos os estudiosos estão de acordo que, desde o século XV até a metade do século

5 Małowist (2006) repetidas vezes destacou a importância da importação de diferentes produtos agrícolas e florestais para a expansão marítima colonial, desde a madeira e o alcatrão até o cânhamo e o linho, indicando assim um outro aspecto da complementariedade entre as diversas zonas econômicas.

XIX, o colonialismo tinha na África, com a exceção de Angola, um caráter quase exclusivamente econômico. Aceita-se também que a expansão europeia se baseava na colaboração com as camadas superiores das sociedades da África Ocidental e que essa colaboração foi uma condição absolutamente indispensável para a atividade europeia no continente negro. Aqui sugere-se uma certa analogia com a situação da Europa Oriental, onde nesse mesmo período [...] manifestou-se o fenômeno da colonização econômica, favorecendo a consolidação das antigas estruturas sociais e freando o ulterior desenvolvimento econômico e social, se bem que, obviamente, igualmente a Polônia e a Rússia, como os territórios vizinhos, se encontravam em um nível de desenvolvimento civilizatório bem mais elevado que os territórios da África Ocidental. (Małowist apud Sosnowska, 2004, p.151-152)

O segundo de nossos autores, Witold Kula,⁶ vai procurar construir em seu livro *Teoria Ekonomiczna Ustroju Feudalnego* [Teoria econômica do sistema feudal], cuja primeira edição é de 1962, um modelo da economia feudal, baseado no exemplo polonês dos séculos XVI-XVIII, cujas características principais seriam: 1) o domínio esmagador da agricultura na economia; 2) a terra não constitui uma mercadoria; 3) a divisão radical das forças produtivas entre a aldeia camponesa (*wieś*) e o grande domínio (*folwark*); 4) inexistência da mobilidade social – servidão; 5) as obrigações assumem a forma de corveia; 6) o artesanato é realizado no interior dos grandes domínios ou no interior das corporações de ofício; 7) a nobreza não tem liberdade total nas decisões econômicas; 8) a tendência da nobreza ao consumo de luxo; 9) a existência de comunicação com os países mais desenvolvidos; e 10) a falta de intervenção dos Estado na vida econômica (Kula, 1983b, p.36-37).

Por outro lado, como características da economia dos grandes domínios baseados na corveia, Kula enumera: 1) o grande domínio realiza uma economia extensiva que está limitada pelo número de servos disponíveis; 2) a tendência à monocultura de grãos; 3) a extensão dos dias de corveia e uma tendência a recuperar os dias de corveia do inverno durante o período de maior necessidade; 4) a utilização de mulheres e crianças nos trabalhos manufatureiros; e 5) a produção pela economia camponesa dos meios de subsistência – terrenos para a alimentação e reprodução (Kula, 1983b, p.58ss).

Analisando as causas do atraso econômico, Kula, em seu artigo “Zacofanie gospodarze w perspektywie historycznej” [O atraso econômico na perspectiva

6 Witold Kula (1916-1988) estudou história (Universidade de Varsóvia) e economia (Wolna Wszechnica Polska – escola superior privada especializada principalmente em Ciências Sociais). Foi professor da Universidade de Varsóvia e chefe do Instituto de História da Academia de Ciências da Polônia. Para uma análise das características da economia feudal polonesa nos séculos XVI-XVIII ver *Teoria Ekonomiczna Ustroju Feudalnego* (Kula, 1983b) e para a análise da Revolução Industrial e a transição ao capitalismo, *Historia, Zacofanie, Rozwój* (Kula, 1983a). Para uma análise das concepções de Kula, cf. Sosnowska (2004, p.90-96, 158-168, 238-261).

histórica] – publicado em seu livro *Historia, ZakoŃanie, Rozwój*– (Kula, 1983a, p.183-196), localizará seu início apenas no final do século XV e o relacionará, ao longo do século XVI, ao progresso técnico do Renascimento e ao início das políticas mercantilistas (Kula, 1983a, p.184). Ambos os fatores permitiram, segundo o historiador polonês, um aumento da produtividade de alguns produtos e a alocação da produção de outros em áreas distantes.

Enquanto que aqueles ramos de produção nos quais a produtividade do trabalho não crescia foram “lançados” para regiões distantes das aqui analisadas (Inglaterra e Holanda): cereais e madeira – para a Europa Oriental e Norte-Oriental –, açúcar, e posteriormente tabaco, café e finalmente algodão – para além do Oceano. O progresso da construção de navios e das técnicas de navegação tornou possível e rentável essa alocação distante das bases de aprovisionamento. (Kula, 1983a, p.186)

Esta diferença de produtividade explicaria, segundo Kula, a constituição destas diferentes regiões econômicas diferenciadas e complementares:

A Europa Oriental abastece a Ocidental com produtos agrofloretais, com os cereais à frente, não porque a produtividade do trabalho desses produtos seria superior à da Europa Ocidental, mas, ao contrário, justamente por apresentar uma produtividade do trabalho menor. Estaríamos inclinados a caracterizar essa situação como “colonial”. Se mesmo apesar da baixa produtividade do trabalho e dos encargos com os custos de transporte marítimo dos produtos dessas “colônias” (da Europa Oriental de um lado e das colônias americanas do outro) ganham e encontram procura nos mercados ingleses e holandeses, isso se deve somente aos baixos custos da força de trabalho, barata, uma vez que não livre: na Europa, a servidão, na América, a escravidão. (Kula, 1983a, 187-188)⁷

Por sua vez, Jerzy Topolski,⁸ em seu trabalho *Narodziny kapitalizmu w Europie XIV–XVII wieku* [O nascimento do capitalismo na Europa dos séculos XIV-XVII],

⁷ É curioso aqui destacar a importância que Kula atribuía à hipótese desenvolvida nesse artigo e as dificuldades de confirmá-la. Em uma nota de seu diário “Brasil e Polônia: duas colônias da Europa Ocidental”, ele observa: “O argumento mais importante a favor dessa tese é a dificuldade de encontrar outra tese que explicasse esse fenômeno altamente importante e cuja falta não incomodou a maioria dos historiadores da época. Trata-se de que as mercadorias, no exemplo, polonesas ou brasileiras, conquistaram o mercado da Europa Ocidental e lá já existia uma plena comercialização. A produtividade do trabalho nessas ‘colônias’ tem que ser pequena, além dos custos de transporte – e mesmo assim vencem” (Kula, 1996, p.313). Aliás, podemos encontrar uma clara correspondência entre as analogias propostas por Małowist para a situação semelhante da Europa Oriental e África Ocidental e para a analogia desenvolvida por Kula entre as colônias americanas e a Europa Oriental. Sobre a polêmica em torno da produtividade do trabalho nos “grandes domínios baseados na corveia”, cf. também Małowist (2006, p.278-280).

⁸ Jerzy Topolski (1928-1998) estudou história na Universidade de Poznań, onde foi aluno de Jan Rutkowski, e doutorou-se em Toruń; estudou igualmente no Instytut Kształcenia Kadr Naukowych

publicado em 1965, procura problematizar o fenômeno do surgimento do capitalismo na Europa Ocidental do século XVI, que ele caracteriza como o processo da passagem de MD → MD', ou seja, a passagem da economia mercantil-monetária (MD) para um estágio de desenvolvimento dessa economia onde a força de trabalho tornou-se uma mercadoria (MD') (Topolski, 1987, p.5, 22-25, 179). A novidade da abordagem de Topolski consiste em procurar investigar esse processo, partindo de uma análise do empobrecimento relativo e absoluto da nobreza e das suas diferentes ações para contrapor-se a essa tendência. Nesse sentido, um dos conceitos centrais da explicação de Topolski é o de “acentuação da atividade econômica da nobreza”, que perpassa o conjunto da obra.

As concepções até agora desenvolvidas sobre a gênese ou início do capitalismo europeu concentraram sua atenção, em geral, naquelas classes sociais, em particular a burguesia, que se fortaleceram junto com o desenvolvimento da economia mercantil-monetária. Nós, ao contrário, concentramos nossa atenção, antes de tudo, naquela classe que, diferentemente das outras, para usar uma comparação, perdia terreno, ou seja, a nobreza. (Topolski, 1987, p.179)

Seguindo a tradição marxista, a transição do feudalismo ao capitalismo é concebida como um processo de mudanças da estrutura social, no qual em um polo da sociedade se encontra o proprietário dos meios de produção e, no outro polo, a massa destituída desses meios, ou seja, separada dos meios de produção. Essa mudança seria caracterizada por um duplo movimento: i) do crescimento da economia monetária e desintegração do feudalismo; e ii) do processo de acumulação primitiva e surgimento do capitalismo (Topolski, 1987, p.24-25).

Segundo Topolski, até o século XVI, ainda não se tinha desenhado a constituição do “dualismo das relações agrárias” entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental; esse dualismo originou-se, entre outros fatores, das grandes extensões de terras disponíveis para cultivo na Europa Oriental (Topolski, 1987, p.40-41).

Topolski concentrará sua atenção na “acentuação da atividade econômica da nobreza” e nas diferentes ações realizadas por essa classe para opor-se à tendência

(escola superior e instituto de pesquisa junto ao Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês – Poup). Autor de uma extensa obra, realizou estudos sobre a história agrária e a situação dos camponeses na Wielkopolska (“Grande Polônia”, região centro-ocidental da Polônia) e sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Dedicou-se ativamente a questões de teoria e metodologia da História em sua obra *Metodologia Historii* (1984) desenvolveu o conceito de “wiedza pozaźródłowa” [“conhecimento extrafontes”] e é autor de obras sobre a história da Polônia e das cidades de Poznań e Gniezno. Particularmente importante na interpretação da transição do feudalismo ao capitalismo em Topolski é o exame do “crescimento da atividade econômica da nobreza” (Topolski, 1987; Sosnowska, 2004, p.226 et seq.). Anna Sosnowska, por sua vez, destaca igualmente a importância das análises desenvolvidas por Topolski “das determinações sociais da formação das necessidades de consumo”, aproximando-as das análises desenvolvidas por Antonio Gramsci (hegemonia) e Pierre Bourdieu (Sosnowska, 2004, p.122). Para uma análise geral das concepções de Topolski, cf. Sosnowska (2004, p.102-106, 168-176, 223-238).

de queda da renda, destacando entre elas: i) o aumento da exploração dos camponeses (aumento dos aluguéis, introdução de novas obrigações); ii) a obtenção de parte da renda da burguesia através de coligações (casamentos) com famílias burguesas; iii) a redistribuição da renda no interior da classe feudal (secularização dos bens da Igreja; os nobres em pior situação passam a trabalhar para um nobre mais rico; iv) os saques, roubos e guerras (o chamado *raubritterstwo*); e v) o aumento da renda através da intensificação da sua própria atividade econômica (Topolski, 1987, p.73-78). Entretanto, como o autor destaca, a ação mais clássica foi a intensificação da exploração dos camponeses, sendo que, no Ocidente e no Oriente europeu essas medidas foram distintas; por um lado, na Inglaterra essas ações assumiriam a forma dos cercamentos e da destruição do sistema *common-field* e sua substituição pela propriedade individual, criando, assim, grandes superfícies para o pasto de ovelhas; por outro, nos territórios ao “leste do Elba” essa ação assumiria a forma do crescimento e intensificação da corveia. Essas distintas medidas irão gerar o chamado “dualismo das relações agrárias” entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental; enquanto na primeira desenvolver-se-á uma economia agrária baseada nos arrendamentos, a Europa Central e Oriental evoluirá para novas formas de trabalho agrário, caracterizadas pela exploração a mais intensa possível dos camponeses.⁹

Topolski, por fim, propõe uma análise da desproporção existente entre os níveis de desenvolvimento dos diferentes países da Europa, propondo uma classificação da situação nos diferentes países europeus: 1) países com maior dinâmica econômica (Inglaterra e Holanda) nos quais a dissolução das relações feudais foi mais acelerada (Topolski, 1987, p.165, 166-169); 2) um grupo de países heterogêneos (França, Alemanha, países escandinavos, tchecos, da Europa Central – com exceção da Polônia – e Oriental) com uma economia um pouco menos dinâmica; entretanto, não ocorrendo durante o século XVII estagnação ou regressão, pois nesses países a dissolução do feudalismo foi mais lenta e em alguns deles permanecia ainda uma forte dominação das relações feudais; esses países participaram em menor intensidade ou não participaram da expansão colonial (Topolski, 1987, p.165, 169-173); e 3) países com regressão ou estagnação: Espanha, Portugal, Itália, Polônia¹⁰ e, talvez, Turquia, nos quais se verificou uma intensificação das relações feudais que influenciou negativamente a economia (Topolski, 1987, p.165, 173-178).

9 Para a análise desse processo é particularmente importante o intertítulo “Wzrost aktywności gospodarzej szlachty w krajach Europy środkowej i wschodniej Gospodarka folwarczno-pańszczyźniana” [O crescimento da atividade econômica da nobreza nos países da Europa Central e Oriental; a economia do grande domínio baseado na corveia] (Topolski, 1987, p.125-140), no qual ele analisa as sucessivas medidas da nobreza: primeiramente a apropriação dos terrenos comuns e dos “vazios”, e num segundo momento a expulsão dos camponeses de suas terras (*rugi chłopski*).

10 Para uma análise da situação polonesa, cf. o livro de Topolski e Czubiński dedicado à história da Polônia (Czubiński e Topolski, 1989, p.103-111, 122 et seq., 149-157).

Referências bibliográficas

- CZUBIŃSKI, A.; TOPOLSKI, Jerzy. *Historia Polski*. 2.ed. Wrocław: Ossolineum, 1989.
- KULA, Witold. *Historia, Zacofanie, Rozwój*. 2.ed. Warszawa: Czytelnik, 1983a.
- _____. *Teoria Ekonomiczna Ustroju Feudalnego*. 2.ed. Warszawa: Książka i Wiedza, 1983b.
- _____. *Rozdziałki*. Warszawa: Trio, 1996.
- MAŁOWIST, Marian. *Wschód a Zachód Europy w XIII-XVI wieku*. 2.ed. Warszawa: PWN, 2006.
- SAMSONOWICZ, H. Przedmowa do drugiego wydania. In: MAŁOWIST, M. *Wschód a Zachód Europy w XIII-XVI wieku*. 2.ed. Warszawa: PWN, 2006.
- SOSNOWSKA, A. *Zrozumieć zacofanie Spory historików o Europę Wschodnią (1947-1994)*. Warszawa: Trio, 2004.
- TOPOLSKI, Jerzy. *Narodziny kapitalizmu w Europie XIX–XVII wieku*. 2.ed. Warszawa: PWN, 1987.
- _____. *Metodologia historii*. 3.ed. Warszawa: PWN, 1984.